

14 — O método de seleção e os critérios de avaliação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, consiste na apreciação do *curriculum vitae* e da obra científica dos candidatos, sendo critério de avaliação, o mérito profissional e científico.

14.1 — Na avaliação do mérito profissional e científico dos candidatos serão considerados os seguintes parâmetros, com uma classificação de 0 a 20 valores:

- a) Qualidade do trabalho científico e técnico dos candidatos, com a ponderação de 50 %;
- b) Experiência profissional, com a ponderação de 10 %;
- c) Formação profissional, com a ponderação de 10 %;
- d) Contribuições em atividades de orientação científica, com a ponderação de 10 %;
- e) Participação em órgãos de gestão, com a ponderação de 5 %;
- f) Prestação de serviço à comunidade, com a ponderação de 15 %.

15 — A apreciação mencionada no n.º 14 deste aviso pode ser complementada por entrevista a todos os candidatos, sempre que o júri assim o decida.

15.1 — A entrevista não constitui método de seleção e não é classificada, visa a obtenção de esclarecimentos ou explicitações de elementos constantes dos currículos dos candidatos.

16 — Em conformidade com o Despacho n.º 13440/2012, alínea d), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 15 de outubro, o júri tem a seguinte composição:

Presidente: Professor associado José Castro Coelho, Presidente do INIAV, I. P.

Vogais: Professora catedrática Maria Margarida Tomé (ISA/UTL).

Professor associado Francisco de Castro Rego (ISA/UTL).

Professor associado João Santos Bento (UTAD).

Investigador principal Mário Tavares (ex-INIA, aposentado).

Investigador principal Alexandre Aguiar (INIAV, I. P.).

23 de novembro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

206556298

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.

Despacho (extrato) n.º 15370/2012

Renovação da Comissão de Serviço para exercício das funções de Coordenador do Serviço de Informática e Comunicações, do técnico superior João Manuel Rodrigues Carvalhais dos Santos

Por meu despacho de 2 de novembro de 2012, foi renovada a Comissão de Serviço, por três anos, contados a partir do dia 2 de janeiro de 2013, do técnico superior João Manuel Rodrigues Carvalhais dos Santos no cargo de Coordenador do Serviço de Informática e Comunicações, ao abrigo do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

É autorizada a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto.

23 de novembro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Manuel de Novaes Cabral*.

206555244

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 15371/2012

A crescente utilização de dispositivos médicos na prestação de cuidados de saúde demonstra a importância de melhorar as condições da sua utilização com salvaguarda da qualidade, segurança e sustentabilidade. O INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED), tem desenvolvido uma relevante iniciativa de codificação dos dispositivos médicos disponíveis no mercado português, promovendo a consolidação de um adequado repositório de informação que permita aos prestadores de cuidados e às instituições de saúde um maior conhecimento sobre estas tecnologias de saúde, bem como aumentar a capacidade de negociação e de eficiência na sua aquisição. Esta é, aliás, uma medida inscrita no Memorando de Entendimento sobre

as Condicionais de Política Económica subscrito entre Portugal e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A execução faseada da codificação tem abrangido diversos grupos de dispositivos médicos, já disponíveis em base de dados disponibilizada na página eletrónica do INFARMED, pelo que importa operacionalizar procedimentos normalizados relativos à respetiva aquisição por parte dos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Prevê-se, assim, que, à medida que forem disponibilizados grupos de dispositivos médicos na codificação, a sua aquisição pelos hospitais do SNS seja obrigatoriamente realizada de entre os dispositivos codificados.

De forma complementar, a utilização de dispositivos médicos passará a ser abrangida por disposições comuns em relação à sua prescrição e registo, através de meios eletrónicos que disponibilizarão importante informação relativa à monitorização e segurança na utilização de dispositivos médicos.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, determino o seguinte:

1 — Os serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) apenas podem adquirir os dispositivos médicos objeto de codificação pelo INFARMED e constantes da respetiva base de dados.

2 — Excetuam-se do número anterior os dispositivos médicos cujos respetivos grupos não tenham ainda sido codificados pelo INFARMED.

3 — O uso de dispositivos médicos abrangidos pelo n.º 1 implica o seu registo, através do respetivo código disponibilizado pelo INFARMED, no sistema de prescrição eletrónico hospitalar e na folha de codificação do episódio.

4 — Todos os procedimentos abertos após a data da entrada em vigor do presente despacho devem especificar no caderno de encargos, ou em documento equivalente, que são inaceitáveis, com a consequente exclusão, todas propostas relativas a dispositivos médicos pertencentes a grupos já codificados e incluídos na base de dados do INFARMED, se o dispositivo proposto pertencer a grupo codificado e não constar da mesma base de dados.

5 — Para efeitos do disposto no número anterior, de forma excecional, pode ser aceite certidão do INFARMED que ateste a existência de procedimento de codificação em curso nas situações em que o dispositivo não esteja ainda disponível na respetiva base de dados.

6 — O INFARMED disponibiliza a base de dados de dispositivos codificados, e cada uma das suas atualizações, para efeitos de interligação *online* com sistemas de prescrição e interoperabilidade com sistema webGDH, em moldes a definir com os SPMS — Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.

7 — A Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS), e o INFARMED apresentam à tutela relatórios semestrais conjuntos de utilização de dispositivos médicos, os quais devem conter os seguintes elementos:

- a) Volume de dispositivos prescritos por médico;
- b) Volume e valor global de aquisições e de utilização de dispositivos por hospital, organizados em função dos grupos codificados;
- c) Relação de dispositivos usados por cada grupo de diagnósticos homogêneos (GDH);
- d) Identificação de desvios relevantes e situações anómalas.

8 — Para efeitos do disposto no número anterior, os serviços e estabelecimentos do SNS devem:

- a) Assegurar a utilização da codificação de dispositivos médicos disponibilizada pelo INFARMED na aquisição e prescrição de dispositivos médicos abrangidos pelo presente despacho;
- b) Implementar e auditar o adequado registo de dispositivos médicos utilizados, a partir do dia 1 de janeiro de 2013;
- c) Remeter informação sobre aquisição e prescrição de dispositivos médicos, em moldes e calendário a definir pelos SPMS;
- d) Garantir a codificação prioritária de todos os episódios onde tenha sido utilizado um dispositivo médico.

9 — Os serviços e estabelecimentos do SNS devem ainda fornecer ao INFARMED, no formato e com o conteúdo por este definidos, a informação que seja solicitada no âmbito da execução do presente despacho.

10 — O primeiro relatório semestral previsto no n.º 7 deve ser apresentado até 15 de fevereiro de 2013.

11 — O presente despacho entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

26 de novembro de 2012. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

206553365